



Wanderley Guilherme dos Santos

Cientista político

Onde nascem os votos

Exercício na ponta do lápis sobre a identidade petista

Ecolhi estimular os colegas aficionados por exercícios de ponta do lápis, como dizia Gordon Tullock, apresentando um sobre o eleitorado do Partido dos Trabalhadores. O PT está aqui privilegiado, mas os profissionais perceberão que o método utilizado e a argumentação desenvolvida são válidos para a relação eleitores/partidos de todo o espectro político. A Tabela 1 registra os votos obtidos por Lula e Dilma nos primeiros turnos das eleições de 2002, 2006, 2010 e 2014. Os resultados dos primeiros turnos revelam mais claramente a preferência dos eleitores do que a distribuição de votos no segundo turno por duas razões: a) no primeiro turno os eleitores

devem escolher representantes majoritários e proporcionais, mas apenas alguns majoritários (prefeitos) no segundo turno; b) o conjunto de variáveis relevantes nas escolhas do segundo turno é mais complexo, incluindo considerações estratégicas ausentes do primeiro turno.

Consta dos debates eleitorais a suspeita de que o eleitorado petista estaria majoritariamente concentrado no Norte e no Nordeste. Conhecidos os indicadores de relativo atraso socioeconômico das duas regiões, ganhou notoriedade a falácia de que os eleitores do PT seriam, por dedução, igualmente atrasados socialmente, pouco educados e mal informados. Por coerência, a tese devia aplicar-se igualmente aos votos

dos eleitores de baixo nível social, mas habitantes de regiões ricas. Com isso, se retomaria a versão bastante sólida da antiquíssima tese de que candidatos populares obtêm apoio nas camadas pobres das populações, onde quer que estejam. De onde se segue que, quanto maior a porcentagem de pobres em uma comunidade, maior a probabilidade de que candidatos populares ali obtenham maior proporção de votos.

Curiosamente, esta não é a generalização consagrada. Por hábito, as análises apuram a porcentagem de votos petistas sobre o total de votos estaduais das regiões pobres, comparando-a com a porcentagem de votos petistas sobre o total de votos estaduais das regiões ricas. Exemplo: qual foi a porcentagem de votos dados a Lula em Pernambuco, no ano de 2002, do total de votos do estado, comparada com a porcentagem de votos em Lula, na mesma eleição, no total de votos do estado de Minas Gerais? Sistemáticamente (uma ou outra exceção posta entre parênteses), as porcentagens restritas às regiões pobres são superiores às apuradas nas regiões ricas. De onde se conclui que o eleitorado petista concentra-se nas regiões geoeconômicas mais pobres. Este exercício na ponta do lápis mostrará que a metodologia usual é imprópria para sustentar a tese do “regionalismo pobre” do Partido dos Trabalhadores. Métrica adequada à questão em exame — onde se concentram as maiorias eleitorais do Partido dos Trabalhadores nas eleições presidenciais? — revelará um redundante ovo de Colombo: o eleitorado petista se concentra onde se concentra a população mais pobre. Em consequência, quanto maior a população pobre, maior será sua contribuição para a votação total do partido. A hipótese é de rasa sofisticação, mas suficiente para subverter a tese corrente de que o PT se ceva nos eleitorados nortista e nordestino.

As vitórias presidenciais petistas em áreas de maior pobreza não deviam surpreender, especialmente àqueles que atribuem miséria e desinformação ao eleitorado do Partido dos Trabalhadores. Dado que a distribuição geoeconômica da pobreza é desigual; porém, o indicador apropriado para avaliar a representatividade nacional da popularidade petista consiste no peso proporcional de cada votação estadual na votação nacional do candidato, não na votação total dos estados, métrica subjacente à tese corrente. Aliás, com frequência se computa a contribuição proporcional dos votos deste ou daquele estado para a votação total nacional do candidato X, quando ele é, alegadamente, representante dos ricos. Em eleições recentes,

por exemplo, esmiuçou-se a decepcionante votação mineira na votação nacional total de Geraldo Alckmin, em 2006, e na de José Serra, em 2010, independentemente do enorme volume dos votos obtidos por ambos como proporção dos votos totais do estado de Minas Gerais. Esta aritmética é correta, mas a conta muda quando os votos presidenciais petistas são avaliados. Talvez a arrogância, gêmea da riqueza, imagine que “seus” pobres sofrem milagrosa transformação, por efeito de propinquidade, deixando de ser incapazes políticos como seus semelhantes de outras regiões.

Deixando claro: usualmente se toma a votação de Lula ou Dilma como proporção do eleitorado de cada estado e, como o esperado, as maiores proporções estaduais de votos têm sido obtidas em unidades de relativo nível econômico e social menor. Na maioria dos demais, os votos petistas costumam corresponder a porcentagens menores na votação total do estado. Daí o retrato geoeleitoralmente disforme. Mas esta é uma ilusão estatística da efetiva representatividade popular dos candidatos petistas ao supor que desinformação e pobreza são concentradas em regiões, quando, como de fato, apresentam perfis diferenciados de estratificação social em todas as unidades da Federação.

Sendo o contingente de pobres desigualmente distribuídos, o que importa averiguar é se, em todos os estados, pobres e ricos, o PT consegue recrutar o apoio da população desvalida que neles habita. Se for este o caso, a computação comprovará que a votação absoluta dos estados de maior população de desvalidos contribui com as maiores proporções da votação nacional total da candidatura petista. Assim, ao contrário do estereótipo, são os estados ricos, mas com grande densidade populacional de vulneráveis, os maiores contribuintes para a votação total nacional dos candidatos presidenciais do Partido dos Trabalhadores. Evidentemente, tanto candidatos populares obtêm votos de não pobres quanto candidatos da elite os obtêm entre os não ricos. Para o essencial do tema em discussão, contudo, parece-nos que maior realismo na distribuição dos votos não modificaria as conclusões do exercício.

Investigação fina contaria os votos conquistados em cada bairro ou região pobre dos estados, comparando-os com os

TABELA 1

VOTAÇÃO DO PT NAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS DE 2002 A 2014 – 1º TURNO

UF	LULA 2002	LULA 2006	DILMA 2010	DILMA 2014
RO	283.279	329.598	321.712	345.167
AC	123.999	133.221	82.733	111.610
AM	530.246	1.070.656	991.128	915.030
RR	71.952	49.433	63.927	82.857
PA	1.070.416	1.631.569	1.699.799	2.040.696
AP	116.507	160.675	161.443	198.939
TO	225.291	392.151	362.383	368.348
MA	843.132	2.128.103	2.079.650	2.187.668
PI	616.157	1.055.600	1.088.205	1.235.203
CE	1.353.339	2.852.895	2.783.451	3.087.115
RN	581.544	952.796	846.416	999.452
PB	754.359	1.258.341	1.031.185	1.166.632
PE	1.657.476	2.993.618	2.748.751	2.126.491
AL	307.751	625.162	709.844	703.674
SE	357.557	476.399	506.802	601.578
BA	2.899.280	4.293.200	4.188.099	4.292.325
MG	4.990.085	5.192.439	5.067.399	4.829.513
ES	717.646	953.609	717.417	653.469
RJ	3.284.258	4.092.648	3.739.632	2.970.486
SP	9.106.914	8.091.867	8.740.949	5.927.503
PR	2.540.328	2.111.589	2.311.239	1.972.761
SC	1.719.739	1.108.851	1.402.566	1.140.432
RS	2.667.451	2.052.656	3.007.263	2.751.098
MS	446.438	439.965	518.877	506.951
MT	509.151	557.244	659.771	616.265
GO	1.069.398	1.143.122	1.301.985	1.035.673
DF	592.977	499.407	462.441	362.511
TOTAL SEM VOTOS NO EXTERIOR	39.436.670	46.646.814	47.595.067	47.595.067

TABELA 2

PARTICIPAÇÃO PROPORCIONAL RELATIVA DOS VOTOS REGIONAIS NA VOTAÇÃO – TOTAL NACIONAL DE LULA E DILMA

(1º TURNO, ELEIÇÕES 2002, 2006, 2010 E 2014)

REGIÕES	LULA 2002	LULA 2006	DILMA 2010	DILMA 2014
N / NE	27,8	41,7	42,4	46,2
SE	45,9	39,2	38,4	33,3
S	17,5	11,3	14,1	14,0
CO	6,6	5,7	6,2	5,8



votos dos candidatos não populares nessas mesmas áreas. Na impossibilidade de promovê-la, computei o peso proporcional dos votos de cada estado em Lula e Dilma no total da votação nacional de ambos. Certamente, os grandes números abiscoitados em estados socialmente carentes têm sua importância mais realisticamente apurada quando comparados com a contribuição proporcional dos outros estados.

Procedi ao cálculo excluindo os estados em que a votação nos petistas foi inferior a 300.000 votos, criando uma tabela filtrada para cada uma das eleições: 2002, 2006, 2010 e 2014. A seguir, agreguei a contribuição estadual, por região, para a votação nacional total. O resultado encontra-se na Tabela 2. Naturalmente, as colunas não somam 100%, pela ausência de alguns estados, excluídos pela regra do patamar mínimo de 300.000 votos.

O que sugere a Tabela 2? — Adotando a hipótese rombu-da de que os votos petistas vieram apenas das populações pobres, como sustenta a tese elitista, somente na eleição de 2014 é que a contribuição proporcional dos pobres das regiões pobres (N/Ne) foi superior à contribuição da população pobre da região “não pobre” (Se)! Ainda assim, o somatório das duas regiões “não pobres” (S/Se), continuou sendo, em 2014, a maior usina de votos populares para candidatos populares.

Observa-se que em nenhuma das quatro eleições a proporção das regiões “pobres” foi superior à proporção das regiões “ricas”. Evidente, houve um realinhamento crítico nas eleições de 2002, especialmente na região Sudeste, depois de duas folgadas vitórias de Fernando Henrique Cardoso já no primeiro turno (1994, 1998), o que se manifesta na larga superioridade de Lula no Sudeste em relação à soma Norte/Nordeste. O caráter de eleição crítica em 2002 se comprova facilmente: depois de derrotado nas três disputas anteriores, Lula venceu em todas as unidades da federação, inclusive no Distrito Federal, em 2002, exceto uma. José Serra, seu adversário, conquistou sua única vitória em Alagoas. Desde então, não obstante o crescimento gradativo do peso eleitoral das regiões Norte/Nordeste na votação total de Lula e Dilma, a soma das proporções do Sudeste e Sul continuam superiores às das regiões Norte/Nordeste, ainda que por escassa margem nas eleições de 2014. Vale acentuar que a proporção relativa do “rico” Sul aumentou nas duas eleições posteriores à de 2006, enquanto a participação do Centro-Oeste manteve-se relativamente estável ao longo das quatro eleições.

Se interpretarmos as eleições de 2006 como retificando e normalizando as eleições críticas de 2002, percebe-se que o único resultado algo destoante nas eleições de 2010 e 2014 se encontra no acentuado crescimento da participação Norte/Nordeste em cerca de quatro pontos percentuais a mais, em 2010, do que sua proporção relativa em 2006. Em movimento contrário, a participação da região Sudeste em 2010 reduziu-se em 5,1 pontos percentuais em relação à participação de 2006. Visto que as regiões Sul e Centro-Oeste obtiveram resultados relativamente estáveis, o resultado a ser explicado resume-se à diferença entre Sudeste e Norte/Nordeste surgida em 2010. A hipótese de uma polarização entre um lulismo norte/nordestino e uma oposição “rica” no Sudeste/Sul não encontra apoio, nos resultados oficiais disponíveis. Eleições futuras esclarecerão as tendências do eleitorado: se encaixotados por sotaque ou opostos por renda.

A preferência aparentemente excepcional dos estados do Norte e Nordeste e alguns do Centro-Oeste por candidatos associados ao Partido dos Trabalhadores obscurece o fato, este sim, indiscutível, de que são essas regiões as principais eleitoras de conservadores, reacionários e predadores públicos, dispersos nas respectivas bancadas da Câmara dos Deputados. É a elite nortista e nordestina, principalmente, que tem assaltado, para enriquecimento privado, os recursos naturais e os orçamentos públicos durante toda a vida republicana, mantendo-se, ademais, como muralha obscurantista às tentativas de civilizar culturalmente a nação. Pelo exercício na ponta do lápis, longe de se beneficiarem do obscurantismo local, o que se mostra é o trabalho ainda modesto das candidaturas populares, particularmente petistas, de fazer ruir as mais antigas fortalezas do atraso nacional.

Obviamente, o esquema predatório nordestino não resulta de determinismo biológico algum, mas da infelicidade histórica que fez ingressar o capitalismo na vida brasileira quando a antiga economia florescente do Nordeste — algodão e açúcar, por exemplo — já se encontravam decadentes. O engessamento da dominação oligárquica resistiu às mudanças econômicas e preservou um domínio político-eleitoral das populações, só recentemente batido por derrotas importantes. Não por acaso foi o Nordeste a última região a contemplar eleições competitivas, medida pelo número de candidatos por posto

parlamentar – nacional ou estadual. No total de 725 eleições proporcionais, entre 1945-6 e 2006, o Nordeste promoveu 85 eleições não competitivas e 59 competitivas, inferior até mesmo aos números do Norte e do Centro-Oeste. No Sudeste, para comparação, foram 25 eleições não competitivas contra 47 competitivas. (Todas as informações sobre a fenomenologia da competição democrática no Brasil encontram-se no meu volume “Governabilidade e Democracia Natural”, Rio de Janeiro, Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2007, capítulo 2, páginas 39-65.)

O jogo eleitoral não indica que, sem vitória estrondosa no Norte e Nordeste, terra de pobres, o PT não ganha eleição. Essa é uma tese tucano-paulista, parcialmente adotada pelo PT, que também costuma orientar a estratégia dos candidatos presidenciais do PSDB. Tese equivocada e obstáculo epistemológico a que o PSDB reconheça uma tendência ainda prevalente: nenhum candidato conservador paulista puro-sangue conquistará a Presidência da República em eleições normais. Essa profecia não está escrita nas tabelas aqui apresentadas, mas é boa de comer (dizem os índios de Lévi-Strauss), e decorre da antropofagia nacional genialmente descoberta por Oswald de Andrade: o diferente precisa ser deglutido para se tornar igual. Foi com Aécio Neves, mineiro, que o PSDB se aproximou de vitória contra o PT. Nas candidaturas de José Serra e Geraldo Alckmin, a proposta não apenas verbal, mas atitudinal, propagandística, inclusive através da mídia e de grande parte da intelectualidade paulista (inclusive de centro-esquerda), insinuava que os problemas nacionais só se resolverão quando todos os estados copiassem São Paulo.

Por razões de competição e poder, os políticos e a cultura predominantes em São Paulo geraram o totem do bandeirante conquistador e o mito da singularidade empreendedora paulista, mimetizada nos estados do Sul, em contraste com o gene primitivo dos nordestinos e a futilidade dos funcionários públicos do Rio de Janeiro. Minas Gerais simbolizou, desde o Império, o “outro” temível, inescrutável em sua espreiteza dissimulada. Pressupondo uma cumplicidade natural dos estados do Sul, mesmo com arrufos rebeldes do Rio Grande do Sul, a costumeira mensagem dos políticos paulistas ao resto do País (leia-se, Nordeste e Centro-Oeste) transmite um convite a que se naturalizem paulistas, único passaporte

disponível para a superação de seu subdesenvolvimento congênito. Mas os migrantes nordestinos em São Paulo, mesmo aculturados, não têm como fugir à discriminação explícita de que são vítimas. Há sério obstáculo epistemológico da elite política paulista, impedindo perceber que o resto do País, franco admirador de seu progresso e feitos, não deseja ser cópia São Paulo.

O extraordinário progresso paulista deve muito aos recursos repassados ao estado por todos os governos, desde Juscelino Kubitschek, à diligência e capacidade extrativa de sua representação parlamentar nacional e, sem dúvida, à inteligência de suas elites locais na transformação das oportunidades em avanços materiais. O acaso que associou o crescimento da lavoura cafeeira em seu estágio já capitalista ao fluxo de imigrantes europeus de várias nacionalidades favoreceu a transformação da luta pela sobrevivência, característica do ser humano em qualquer latitude, em audácia empresarial, impensável em sociedades rurais arcaicas, estagnadas, como as dos estados do Nordeste, à época sociedades de fogo morto, como as descreveu José Lins do Rego.

A liderança econômica do estado de São Paulo é não só meritória como indispensável a qualquer projeto de acelerada expansão da economia nacional. Entretanto, cultivar como anedota que o relativo atraso da Bahia, por exemplo, se deve a que os baianos, ou pernambucanos, ou os pobres sergipanos e alagoanos, não são paulistas, decorre de um subdesenvolvimento de civilidade, carente de severo polimento não mercantil. Embora aparentemente dotada de elevado potencial polêmico, a tese, na verdade, conta como um desses segredos de polichinelo, conhecido por todos os políticos experientes do país.

O problema essencial do PT, depois da Ação 470 e da devastação contemporânea, pós-Lava Jato, consiste em restabelecer a fundamental simpatia com as populações pobres do Se, desgarradas pelas trombetas apocalípticas da segurança pública, e com a classe média ilustrada, em parte desorientada, em parte decepcionada, e, pior, vítima das lideranças oportunistas de políticos necrófilos: eles estão no PT, estão no PCdoB, estão no PSOL, estão no PDT, estão em todas as siglas. Por enquanto, as dificuldades do PT não se escondem em alguma distribuição geogenética de eleitores, mas no despreparo da liderança do partido e de seus aliados diante da profunda crise institucional iniciada em 2013. ●